

EDP Transmissão Aliança SC S.A.

CNPJ/MF nº 27.831.352/0001-45



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

| (Em milhares de reais) | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------|------------------|------------------|------|------------------|------------------|
| ATIVO | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 46.278 | 66.482 | | | |
| Disponibilidade da rede elétrica | 6 | 27.391 | 26.831 | 14 | 1.116 | 2.238 |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 7 | 1.493 | 1.493 | 16 | 85.724 | 108.383 |
| Outros tributos compensáveis | 7 | 4.339 | 1.945 | 7 | 8.743 | 6.605 |
| Cauções e depósitos vinculados | 10 | 6.107 | 6.107 | 8 | 19.397 | |
| Ativos da concessão | 11 | 206.008 | 205.706 | 15 | 35.130 | 27.368 |
| Outros créditos | 12 | 2.555 | 1.740 | 17 | 3.233 | 12.875 |
| Total do Ativo Circulante | | 286.571 | 310.304 | 13 | 9.223 | 2.889 |
| Não circulante | | | | 12 | 1.088 | 1.767 |
| Cauções e depósitos vinculados | 10 | 27.878 | 19.293 | | 163.654 | 162.105 |
| Ativos da concessão | 11 | 2.232.933 | 2.194.049 | | | |
| Outros créditos | 12 | 537 | 2.132 | 16 | 1.448.313 | 1.404.378 |
| | | 2.261.348 | 2.215.474 | 8 | 210.436 | 225.132 |
| Imobilizado | | 516 | 635 | 8 | 141.264 | 127.931 |
| Intangível | | 1.892 | 1.265 | 17 | 31.635 | 27.606 |
| | | 2.408 | 1.900 | 13 | 3.638 | 2.361 |
| | | | | 12 | 1.967 | 1.369 |
| Total do Ativo Não circulante | | 2.263.756 | 2.217.374 | | 1.837.253 | 1.788.777 |
| | | | | 18.1 | 340.501 | 340.501 |
| | | | | 18.3 | 208.919 | 236.295 |
| | | | | | 549.420 | 576.796 |
| | | | | | 2.550.327 | 2.527.678 |
| TOTAL DO ATIVO | | 2.550.327 | 2.527.678 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais, exceto quando indicado) | Nota | 2023 | 2022 |
|---|------|------------------|------------------|
| Receitas | 19 | 354.012 | 344.131 |
| Custos | 20 | | |
| Custo de operação | | (9.793) | (6.364) |
| Custo de construção da infraestrutura da concessão | | (3.303) | (26.807) |
| | | (13.096) | (33.171) |
| Lucro bruto | | 340.916 | 310.960 |
| Despesas e Receitas operacionais | 21 | | |
| Despesas gerais e administrativas | | (4.640) | (6.298) |
| Outras despesas e receitas operacionais | | (83.650) | (99) |
| | | (88.290) | (6.397) |
| Resultado antes do Resultado financeiro e tributos | | 252.626 | 304.563 |
| Resultado financeiro | 22 | | |
| Receitas financeiras | | 13.827 | 8.472 |
| Despesas financeiras | | (185.909) | (195.888) |
| | | (172.082) | (187.416) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | 80.544 | 117.147 |
| Tributos sobre o lucro | 23 | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (13.333) | (29.834) |
| | | (13.333) | (29.834) |
| Lucro líquido do exercício | | 67.211 | 87.313 |
| Resultado por ação atribuível aos acionistas | 24 | | |
| Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) | | 0,40858 | 0,53077 |
| ON | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 67.211 | 87.313 |
| Resultado abrangente do exercício | 67.211 | 87.313 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | 2023 | 2022 |
|--|-----------------|-----------------|
| Geração do valor adicionado | 387.134 | 382.862 |
| Receita operacional | 134.462 | 105.002 |
| Receita com construção da infraestrutura | (2.991) | 31.792 |
| Remuneração dos Ativos da concessão | 255.663 | 246.068 |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | (96.988) | (33.190) |
| Materiais | (200) | (182) |
| Serviços de terceiros | (8.111) | (4.360) |
| Custo de construção da infraestrutura da concessão | (3.303) | (26.807) |
| Outros custos operacionais | (85.374) | (1.841) |
| Valor adicionado bruto | 290.146 | 349.672 |
| Retenções | | |
| Depreciações e amortizações | (132) | (119) |
| Valor adicionado líquido produzido | 290.014 | 349.553 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 14.438 | 8.881 |
| Valor adicionado total a distribuir | 304.452 | 358.434 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 3.108 | 4.173 |
| Benefícios | 709 | 988 |
| FGTS | 634 | 1.135 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 46.153 | 68.560 |
| Estaduais | 276 | 22 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 185.908 | 195.888 |
| Aluguéis | 453 | 355 |
| Remuneração de capital próprio | | |
| Juros sobre capital próprio | 41.329 | 29.689 |
| | 278.570 | 300.810 |
| | 25.882 | 57.624 |
| Lucros retidos | 304.452 | 358.434 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Aliança SC S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Aliança), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. Em 18 de fevereiro de 2022 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 14 de junho de 2021 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 14 meses frente ao calendário da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 o Consórcio Aliança (composto pela EDP - Energias do Brasil, na participação de 90%, e pela Celesc Geração S.A., na participação de 10%) arrematou o lote 21 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 484,5 km e uma subestação localizada no Estado de Santa Catarina. O Consórcio Aliança definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, sendo assinado junto à União o Contrato de Concessão nº 39/17 com as seguintes características:

| Extensão da linha | Modalidade | Outorga | Estado | Descrição da Linha | Início | Término | Prorrogação |
|-------------------|-----------------|-----------|--------|--------------------------------------|------------|------------|--|
| 484,5 km | Serviço Público | Concessão | SC | 3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV | 11/08/2017 | 11/08/2047 | Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente |

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$171.824 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC -, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.205 (Nota 4.2), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$241.729.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting*

Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 25.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quando a redução ao valor recuperável, que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 11); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da

www.edp.com.br

continuar...



...continuação

EDP Transmissão Aliança SC S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

| Norma | Descrição da alteração | Correlação IASB | Natureza | Data da vigência |
|--|---|--|----------------|------------------|
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma. | IAS 8 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis | Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). | IAS 1 / IFRS 2 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação | As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. | IAS 12 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 50 - Contratos de seguro | Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade. | IFRS 17 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47 | Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. | IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50 | Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021). | IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41 | Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. | IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33 | Pronunciamento | 04/08/2023 |
| OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais | As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original. | N/A | Orientação | 04/08/2023 |
| Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1) | Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores. | IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7 | Pronunciamento | 01/12/2023 |
| Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2) | Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>). | IAS 1/ IFRS 16 | Pronunciamento | 01/01/2024 |
| CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar. | IAS 21 | Pronunciamento | 01/01/2025 |

3.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

| Norma | Descrição da alteração | Correlação IASB | Natureza | Data da vigência |
|---|--|------------------|----------------|------------------|
| CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. | IFRS 10 / IAS 28 | Pronunciamento | Indeterminado |

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia

| Publicação | Descrição | Status |
|--|--|--|
| Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022 | A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica. | A Companhia precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entrará em vigor em julho de 2023. |
| DSP nº 848 de 4 de abril de 2023 | Em 4 de abril de 2023 foi publicado o DSP nº 848, acatando parcialmente o pedido de reconsideração da RAP ciclo 2022/2023 publicada na Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022. | Pleito da Companhia, acatado parcialmente, com o reconhecimento de R\$2.847. Os valores foram reconhecidos via Parcela de Ajuste na Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.2). |

4.2 Reajuste tarifário

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.205, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 1,06% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP da companhia, esta é considerada uma alteração contratual e seus efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 21), no montante de R\$83.645.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------|------------|
| Bancos conta movimento | 8.773 | 540 |
| Aplicações financeiras | | |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | 37.505 | 59.897 |
| Operações compromissadas lastreadas em Debêntures | 6.045 | 6.945 |
| Total | 37.505 | 65.942 |
| Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. | 46.278 | 66.482 |

9 Partes relacionadas

| Relacionamento | Duração | Ativo | | Passivo | | Receitas (Despesas) | | | | |
|---|----------------|-------------------------|------------|------------|------------|---------------------|------------|--------------|---------|---------|
| | | Circulante | 31/12/2023 | Circulante | 31/12/2022 | Não circulante | 31/12/2023 | Operacionais | 2023 | 2022 |
| Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6) | | | | | | | | | | |
| Uso do sistema de transmissão | | | | | | | | | | |
| EDP Espírito Santo | Controle Comum | 30/07/2020 a 31/01/2033 | 326 | 311 | | | | 2.661 | 2.529 | |
| EDP São Paulo | Controle Comum | 30/07/2020 a 31/01/2033 | 508 | 494 | | | | 4.573 | 3.320 | |
| Enerpeixe | Controle Comum | 01/07/2021 a 30/11/2036 | 38 | 39 | | | | 351 | 303 | |
| Lajeado | Controle Comum | 04/01/2020 a 31/01/2033 | 52 | 53 | | | | 477 | 412 | |
| Investco | Controle Comum | 01/11/2001 a 31/01/2033 | 1 | - | | | | 7 | 6 | |
| Cachoeira Caldeirão | Controle Comum | 30/07/2021 a 31/12/2048 | 11 | 12 | | | | 140 | 125 | |
| São Manoel | Controle Comum | 01/07/2021 a 30/04/2049 | 76 | 83 | | | | 722 | 647 | |
| Porto do Pecém | Coligada (*) | 01/01/2013 a 31/07/2043 | 57 | 41 | | | | 443 | 442 | |
| CEJA | Controle Comum | 01/07/2021 a 31/12/2044 | 17 | 19 | | | | 221 | 198 | |
| | | | 1.086 | 1.052 | - | - | - | 9.595 | 7.982 | |
| Fornecedores (Nota 14) | | | | | | | | | | |
| Contrato de prestação de serviços | | | | | | | | | | |
| EDP Goiás | Controle comum | 01/06/2022 a 16/06/2024 | | 55 | 372 | | | (651) | (372) | |
| | | | - | - | 55 | 372 | - | - | (651) | (372) |
| Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12) | | | | | | | | | | |
| Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b) | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2017 a 31/12/2026 | | | 14 | 14 | | (205) | (188) | |
| EDP São Paulo | Controle Comum | 01/01/2017 a 31/12/2026 | | | 1 | 10 | | (4) | (19) | |
| Compartilhamento de Backoffice (c) | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2015 a 31/12/2026 | | | 106 | 213 | | (1.158) | (1.219) | |
| Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a) | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2019 a 31/12/2027 | | | 226 | 192 | | (2.243) | (2.553) | |
| Contrato de prestação de serviços (d) | | | | | | | | | | |
| EDP Trading | Controle Comum | 17/11/2020 a 31/05/2023 | | | | | | | (265) | |
| | | | - | - | - | - | 347 | 429 | (3.610) | (4.244) |
| | | | 1.086 | 1.052 | 55 | 372 | 347 | 429 | 5.334 | 3.366 |

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do DSP nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a Controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP SP localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP SP e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a EDP - Energias do Brasil e EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabeleceu a REN nº 948/21. A partir de 07 de fevereiro de 2022 foram firmados aditivos com objetivo de incluir a EDP Goiás como parte dos contratos.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2023 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 100,00% e 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

6 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica de R\$ 27.391 (R\$26.831 em dezembro de 2022), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. O aumento apresentado para o exercício deve-se à entrada em operação do segundo trecho da linha, o qual ocorreu em fevereiro de 2022.

Os saldos são totalmente vincendos e reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

| Ativos compensáveis | Saldo em | | Atualização monetária | Compensação de tributos | Saldo em |
|--|----------|------------|-----------------------|-------------------------|----------|
| | Nota | 31/12/2022 | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 1.493 | - | 16 | (1.512) | 3 |
| Total Circulante | 1.493 | - | 16 | (1.512) | 3 |
| Outros tributos compensáveis | | | | | |
| PIS e COFINS | 111 | 750 | | | (735) |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.249 | 2.235 | | | 3.484 |
| IR/CS retidos sobre faturamento | 592 | 147 | | | (2) |
| Outros | 3 | | | | (1) |
| Total Circulante | 1.945 | 3.132 | - | - | (739) |
| Passivos a recolher | | | | | |
| Outros tributos a recolher | | | | | |
| ICMS | 24 | 133 | | (157) | - |
| PIS e COFINS | 1.975 | 25.526 | | (22.828) | (1.512) |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | 69 | 587 | 2 | (610) | 48 |
| IRRF sobre juros s/ capital próprio | 7.1 | 4.453 | | (4.453) | 6.199 |
| Encargos com pessoal | 84 | 976 | | (990) | 70 |
| Total Circulante | 6.605 | 33.421 | 2 | (29.038) | (1.512) |
| | | | | | (735) |
| | | | | | 8.743 |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

7.1 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$R\$6.199 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2023 a ser liquidado em janeiro de 2024.

8 Tributos diferidos

| PIS e COFINS | Passivo | | |
|--|------------|----------------|---------|
| | Circulante | Não circulante | Total |
| Imposto de renda e contribuição social | 8.1 | 19.397 | 210.436 |
| | 8.2 | | 141.264 |
| | | | 127.931 |
| | 19.397 | 351.700 | 353.063 |

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

| Natureza dos créditos | Ativo Não circulante | | Passivo Não circulante | | Resultado | |
|--|----------------------|------------|------------------------|------------|-----------|----------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 2023 | 2022 |
| Prejuízos Fiscais | 109.262 | 63.063 | | | 46.199 | 41.676 |
| Base Negativa da Contribuição Social | 39.334 | 22.703 | | | 16.631 | 15.004 |
| | 148.596 | 85.766 | - | - | 62.830 | 56.680 |
| Diferenças Temporárias | | | | | | |
| Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas | 2.327 | 2.347 | | | (20) | 244 |
| Gastos Pré-operacionais | 3.446 | 4.824 | | | (1.378) | (1.379) |
| Atualização dos ativos da concessão | | | 363.169 | 296.041 | (67.128) | (90.593) |
| PIS e COFINS sobre ativos da concessão | 77.827 | 76.255 | | | 1.572 | 5.801 |
| Arrendamentos - CPC 06 (R2) | 203 | 282 | 176 | 261 | 6 | (10) |
| Outras | 68 | 42 | 10.386 | 1.145 | (9.215) | (577) |
| Total diferenças temporárias | 83.871 | 83.750 | 373.731 | 297.447 | (76.163) | (86.514) |
| Total bruto | 232.467 | 169.516 | 373.731 | 297.447 | (13.333) | (29.834) |
| Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos | (232.467) | (169.516) | (232.467) | (169.516) | | |

...continuação

EDP Transmissão Aliança SC S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Cauções e depósitos vinculados

| | Nota | Saldo em 31/12/2022 | Adição | Atualização | Resgate | Saldo em 31/12/2023 |
|----------------------|------|---------------------|-----------|--------------|--------------|---------------------|
| Depósitos judiciais | 17 | 19.097 | 72 | 1.791 | (198) | 20.762 |
| Depósitos vinculados | 10.1 | 6.303 | | 813 | | 7.116 |
| Total | | 25.400 | 72 | 2.604 | (198) | 27.878 |
| Circulante | | 6.107 | | | | - |
| Não circulante | | 19.293 | | | | 27.878 |

10.1 Depósitos vinculados

A movimentação refere-se às atualizações financeiras da garantia vinculada à dívida de longo prazo das debêntures.

11 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada do usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita da Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 19.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 25.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

| | Valor líquido em 31/12/2022 (Notas 19 e 20) | Adições (Nota 19) | Remuneração Recebimentos de RAP (Nota 19) | Margem na construção (Nota 19) | Reajuste tarifário (Nota 4.2) | Outros (Nota 19) | Valor líquido em 31/12/2023 |
|---------------------|---|-------------------|---|--------------------------------|-------------------------------|------------------|-----------------------------|
| Ativos da concessão | 2.399.755 | 3.303 | 255.663 | (200.655) | 246 | (12.831) | 2.438.941 |
| Total | 2.399.755 | 3.303 | 255.663 | (200.655) | 246 | (12.831) | 2.438.941 |
| Circulante | 205.706 | | | | | | 206.008 |
| Não circulante | 2.194.049 | | | | | | 2.232.933 |

O saldo de R\$2.438.941 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.399.755 em 31 de dezembro de 2022) representa a conclusão de 100,0% do investimento previsto para o projeto (98,2% em 31 de dezembro de 2022), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

16 Debêntures**16.1 Composição do saldo de Debêntures**

| Agente Fiduciário | Tipo de emissão | Quantidade de títulos | Valor unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Forma de pagamento | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | | Total | | | | |
|---|-------------------------|-----------------------|----------------|-------------|--------------------------|-------------------------|--|---------------------|--|---|---------------|---------------|------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|------------------|
| | | | | | | | | | | Encargos | Principal | Encargos | Principal | | | | | |
| Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | Instrução CVM nº 160/22 | 1.200.000 | 1 | 1.200.000 | 1ª emissão em 15/10/2018 | 15/10/2018 a 15/10/2028 | Implementação do projeto de linha de transmissão e substituição do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL | IPCA + 6,7200% a.a. | Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral | a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados. | 24.492 | 67.938 | 1.462.569 | 1.554.999 | 23.063 | 92.163 | 1.425.340 | 1.540.566 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (-) Custos de emissão | | | | (56.660) | | 15/10/2018 a 15/10/2028 | | Amortização mensal | | (6.706) | (14.256) | (20.962) | (6.863) | (20.962) | (27.825) | | | |
| Total | | | | | | | | | | | 24.492 | 61.232 | 1.448.313 | 1.534.037 | 23.063 | 85.300 | 1.404.378 | 1.512.741 |

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima, na Companhia é de R\$1.554.999 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.540.566 em 31 de dezembro de 2022).

16.2 Movimentação das debêntures

| | Valor líquido em 31/12/2022 | Pagamentos | Juros provisionados | Transferências | Amortização do custo de transação | Varição monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2023 |
|-----------------------|-----------------------------|------------------|---------------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Circulante | | | | | | | |
| Principal | 92.163 | (56.494) | | (37.229) | | 69.498 | 67.938 |
| Juros | 23.063 | (101.971) | 103.400 | | | | 24.492 |
| Custo de transação | (6.863) | | | (6.706) | 6.863 | (6.706) | |
| Não circulante | 108.363 | (158.465) | 103.400 | (43.935) | 6.863 | 69.498 | 85.724 |
| Principal | 1.425.340 | | 37.229 | | | | 1.462.569 |
| Custo de transação | (20.962) | | 6.706 | | | | (14.256) |
| | 1.404.378 | - | - | 43.935 | - | - | 1.448.313 |

16.3 Vencimento das parcelas**Vencimento**

| | 31/12/2022 | 31/12/2023 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| Circulante | | |
| 2024 | 85.724 | 85.724 |
| Não Circulante | | |
| 2025 | 696.511 | 696.511 |
| 2026 | 60.561 | 60.561 |
| 2027 | 69.785 | 69.785 |
| 2028 | 621.456 | 621.456 |
| Total | 1.448.313 | 1.534.037 |

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da interveniente garantidora, exceto se elidido por meio do depósito judicial e/ou contestado no prazo legal;
- Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora;
- Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto seja efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial;
- Se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de: (a) no mínimo, 50% mais uma ação do capital votante da emissora; ou (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria, exceto de previamente autorizada pelos Debenturistas; e
- Manutenção pela EDP - Energias do Brasil do indicador Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,50 vezes, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

17 Provisões

| | Nota | Circulante 31/12/2022 | Circulante 31/12/2023 | Não circulante 31/12/2022 | Não circulante 31/12/2023 |
|---------------------|------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|
| Provisões cíveis | 17.1 | | | 28.289 | 27.359 |
| Licenças ambientais | 17.2 | 3.233 | 12.875 | 3.346 | 247 |
| Total | | 3.233 | 12.875 | 31.635 | 27.606 |

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

| | Passivo | | | | Ativo | |
|-----------------------------|---------------------|---------------|--------------|-------------------------|---------------------|-------------------|
| | Saldo em 31/12/2022 | Constituição | Pagamentos | Atualizações monetárias | Saldo em 31/12/2023 | Depósito judicial |
| Cíveis | 17.1.1.1 | 27.351 | 2.083 | (5.249) | 4.096 | 28.281 |
| Outros | | 8 | | | | 8 |
| Total Não circulante | | 27.359 | 2.083 | (5.249) | 4.096 | 28.289 |

17.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cível em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão.

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|
| | Ativo | Depósito judicial | Ativo | Depósito judicial |
| Trabalhistas | | | | |
| Cíveis | 646 | 808 | 1.296 | 561 |
| Total | 666 | 808 | 1.307 | 561 |

17.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$755 (R\$1.182 em 31 de dezembro de 2022).

17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

| | Nota | Circulante | | Não circulante | |
|---|------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| | | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 |
| Outros créditos - Ativo | | | | | |
| Adiantamentos | | 18 | 30 | | |
| Ressarcimento de custos - CDE | | 1.372 | 1.129 | | |
| Despesas pagas antecipadamente | | 8 | 545 | | |
| Outros | | 1.157 | 36 | 537 | 2.132 |
| Total | | 2.555 | 1.740 | 537 | 2.132 |
| Outras contas a pagar - Passivo | | | | | |
| Folha de pagamento | | 42 | 63 | | |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | | | | 347 | 429 |
| Arrendamentos e alugueis | | 102 | 118 | 527 | 609 |
| Encargos setoriais | 12.2 | 559 | 715 | 1.093 | 331 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 12.1 | 385 | 871 | | |
| Total | | 1.088 | 1.767 | 1.967 | 1.369 |

12.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12.2 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Atualizações monetárias | Pagamentos | Saldo em 31/12/2023 |
|----------------------------------|---------------------|--------------|-------------------------|----------------|---------------------|
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 941 | 2.364 | 151 | (1.882) | 1.574 |
| Outros encargos | 105 | 1.107 | | (1.134) | 78 |
| Total | 1.046 | 3.471 | 151 | (3.016) | 1.652 |
| Circulante | 715 | | | | 559 |
| Não circulante | 331 | | | | 1.093 |
| Total | 1.046 | | | | 1.652 |

13 Parcela de ajuste

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$9.223 (R\$2.889 em 31 de dezembro de 2022) Circulante e R\$3.638 (R\$2.361 em 31 de dezembro de 2022) Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximo doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.2).

14 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo de Materiais e serviços em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.116 (R\$2.238 em 31 de dezembro de 2022), é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão. A redução no saldo do exercício é devido a entrada em operação comercial da linha de transmissão.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos adicionais

Foi aprovada em AGO, realizada em 28 de abril de 2023, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$87.313 da seguinte forma: (i) R\$4.366 como constituição de Reserva Legal; (ii) R\$29.689 como JSCP, sendo R\$25.236 líquido de imposto de renda; e (iii) R\$53.258 como dividendos adicionais. Os juros sobre o capital próprio foram pagos aos acionistas da Companhia em 14 de agosto de 2023 e 25 de agosto de 2023 e os dividendos em 18 de dezembro de 2023.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

| | Saldo em 31/12/2022 | Dividendos Adicionais | JSCP | Pagamentos | Saldo em 31/12/2023 |
|--------------------------|---------------------|-----------------------|---------------|-----------------|---------------------|
| Passivo | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | 22.712 | 47.932 | 31.617 | (70.644) | 31.617 |
| Celesc Geração | 4.656 | 5.326 | 3.513 | (9.982) | 3.513 |
| Total | 27.368 | 53.258 | 35.130 | (80.626) | 35.130 |

| Agente Fiduciário | Tipo de emissão | Quantidade de títulos | Valor unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Forma de pagamento | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | | Total |
|---|-------------------------|-----------------------|----------------|-------------|-----------------|----------------------|------------|-----------------|--------------------|------------|-----------|------------|-----------|-------|
| | | | | | | | | | | Encargos | Principal | Encargos | Principal | |
| Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | Instrução CVM nº 160/22 | 1.200.000 | 1 | 1.200.000 | | | | | | | | | | |

...continuação

EDP Transmissão Aliança SC S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,09% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a Modificação Tarifária for homologada pelo órgão regulador.

| | Nota | 2023 | 2022 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| Receita de construção da Infraestrutura da Concessão | 11 e 19.1 | (2.991) | 31.792 |
| Remuneração dos Ativos da concessão | 11 | 255.663 | 246.068 |
| Receita de Operação e Manutenção (O&M) | 11 | 63.647 | 49.433 |
| Parcela Variável - IPCA | 13 | 70.815 | 55.494 |
| Outras receitas operacionais | | | 75 |
| Receita operacional bruta | | 387.134 | 382.862 |
| (-) Deduções à receita operacional | | | |
| Tributos sobre a receita | | | |
| PIS/COFINS | | (29.651) | (36.155) |
| ISS | | | (9) |
| | | (29.651) | (36.164) |
| Encargos do consumidor | | | |
| P&D | | (2.364) | (1.935) |
| Outros encargos | | (1.107) | (632) |
| | | (3.471) | (2.567) |
| | | (33.122) | (38.731) |
| | | 354.012 | 344.131 |

Receita**19.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão**

O saldo devedor no exercício de 2023 refere-se a reversão de custos estimados da obra que estavam registrados no fluxo do ativo de concessão que não serão realizados.

20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação**20.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão**

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|------|--------------|---------------|
| Terrenos | | 44 | 1.564 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 286 | 6.978 |
| Máquinas e equipamentos | | 2.700 | 9.115 |
| Móveis e utensílios | | 128 | 573 |
| Gastos ambientais | | | 33 |
| Outros | | 145 | 8.544 |
| | 11 | 3.303 | 26.807 |

20.2 Custo de operação

| | Nota | 2023 | 2022 |
|--|------|--------------|--------------|
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 21.2 | 2.303 | 2.941 |
| Material | | 145 | 81 |
| Serviços de terceiros | 21.3 | 6.038 | 2.588 |
| Amortização | | 49 | 45 |
| Arrendamentos e aluguéis | | 452 | 205 |
| Outras | | 806 | 504 |
| Total | | 9.793 | 6.364 |

21 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

| | Despesas operacionais | | | | | | |
|--|-----------------------|--------------------------|---------------|---------------|--------------------------|-----------|--------------|
| | 2023 | | | | 2022 | | |
| | Nota | Gerais e administrativas | Outras | Total | Gerais e administrativas | Outras | Total |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 21.2 | 2.476 | | 2.476 | 3.518 | | 3.518 |
| Material | | 54 | | 54 | 101 | | 101 |
| Serviços de terceiros | 21.3 | 1.542 | | 1.542 | 1.772 | | 1.772 |
| Depreciação - Ativos de direito de uso | | 68 | | 68 | 74 | | 74 |
| Amortização | | 14 | | 14 | | | |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | | | 5 | 5 | | 99 | 99 |
| Arrendamentos e aluguéis | | | | | 149 | | 149 |
| Outras | 21.1 | 486 | 83.645 | 84.131 | 684 | | 684 |
| Total | | 4.640 | 83.650 | 88.290 | 6.298 | 99 | 6.397 |

21.1 Outros

O montante de R\$83.645, refere-se ao ajuste realizado no ativo da concessão com base na atualização da Receita Anual Permitida (RAP), conforme estabelecido na Resolução Homologatória - REH nº 3.205 (Nota 4.2).

21.2 Pessoal e Administradores

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------|--------------|
| Pessoal | | |
| Remuneração | 2.445 | 2.069 |
| Encargos | 874 | 840 |
| Previdência privada - Corrente | 64 | 73 |
| Programa de demissão voluntária | | 37 |
| Despesas rescisórias | | 1.231 |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 321 | 370 |
| Outros benefícios - Corrente | 620 | 885 |
| Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial | 4 | 5 |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | (33) | 8 |
| Outros | 26 | 40 |
| | 4.619 | 5.550 |
| Administradores | | |
| Honorários e encargos | 139 | 884 |
| Benefícios dos administradores | 21 | 25 |
| | 160 | 909 |
| | 4.779 | 6.459 |

21.3 Serviços de terceiros

| | 2023 | 2022 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Serviços de consultoria | 962 | 776 |
| Serviços de manutenção | 3.637 | 1.105 |
| Serviços ambientais | 728 | 64 |
| Serviços de informática | 401 | 204 |
| Serviços de publicação e publicidade | 139 | 152 |
| Serviços de transporte | 293 | 178 |
| Serviços Compartilhados | 1.111 | 1.145 |
| (-) Crédito de PIS/COFINS | (532) | |
| Outros | 841 | 736 |
| | 7.580 | 4.360 |

22 Resultado financeiro

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|--------|------------------|------------------|
| Receitas financeiras | | | |
| Juros e variações monetárias | | | |
| Renda de aplicações financeiras e cauções | 5 | 10.642 | 6.584 |
| Depósitos judiciais | 10 | 1.791 | 1.405 |
| Juros e multa sobre tributos | 7 | 16 | 869 |
| Outros juros e variações monetárias | | 1.914 | |
| (-) Tributos sobre Receitas financeiras | | (611) | (409) |
| Outras receitas financeiras | | 75 | 23 |
| | | 13.827 | 8.472 |
| Despesas financeiras | | | |
| Encargos de dívida | 16 | | |
| Debêntures | | (179.761) | (188.803) |
| Juros e multa sobre tributos | 7 | (2) | |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 17.1.1 | (4.096) | (4.988) |
| Arrendamentos e aluguéis | | (70) | (72) |
| Outros juros e variações monetárias | | (1.320) | (1.419) |
| Outras despesas financeiras | | (660) | (606) |
| | | (185.909) | (195.888) |
| | | (172.082) | (187.416) |

23 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

| | 2023 | 2022 |
|---|-----------------|-----------------|
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro | 80.544 | 117.147 |
| Alíquota | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL | (27.385) | (39.300) |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes | | (59) |
| Doações | (40) | (39) |
| Juros sobre o capital próprio | 14.052 | 10.094 |
| Outros | | |
| Outras | 40 | (59) |
| Despesa de IRPJ e CSLL | (13.333) | (29.893) |
| Alíquota efetiva | 16,55% | 25,52% |

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

| | 2023 | 2022 |
|---|----------------|----------------|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas | 67.211 | 87.313 |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 164.501 | 164.501 |
| Resultado básico e diluído por ações (realização) | 0,40859 | 0,53077 |

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos Instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

| Ativos Financeiros | Nota | Níveis | Valor justo | | Valor contábil | |
|--|------|---------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| No reconhecimento inicial ou subsequentemente | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | | | | | |
| Aplicações financeiras | | Nível 2 | 37.505 | 65.942 | 37.505 | 65.942 |
| | | | 37.505 | 65.942 | 37.505 | 65.942 |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | | | | | |
| Bancos conta movimento | | Nível 2 | 8.773 | 540 | 8.773 | 540 |
| Concessionárias | 6 | Nível 2 | 27.391 | 26.831 | 27.391 | 26.831 |
| Cauções | 10 | Nível 2 | 7.116 | 6.303 | 7.116 | 6.303 |
| | | | 43.280 | 33.674 | 43.280 | 33.674 |
| | | | 80.785 | 99.616 | 80.785 | 99.616 |

Passivos Financeiros**Valor justo por meio do resultado****No reconhecimento inicial ou subsequentemente**

| Custo amortizado | Nota | Níveis | Valor justo | | Valor contábil | |
|---|------|---------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Fornecedores | 14 | Nível 2 | 1.116 | 2.238 | 1.116 | 2.238 |
| Debêntures | 16 | Nível 2 | 1.563.912 | 1.452.069 | 1.534.037 | 1.512.741 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | 9 | Nível 2 | 347 | 429 | 347 | 429 |
| Arrendamentos e aluguéis | | Nível 2 | 619 | 748 | 629 | 727 |
| Licenças ambientais | 17.2 | Nível 2 | 6.579 | 13.491 | 6.579 | 13.122 |
| | | | 1.572.573 | 1.468.975 | 1.542.708 | 1.529.257 |

25.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

25.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

...continuação

EDP Transmissão Aliança SC S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

| | 31/12/2023 | | | | | 31/12/2022 | |
|---|--------------|----------------|--------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | AVP | Total |
| Passivos financeiros | | | | | | | |
| Fornecedores | 1.116 | | | | | | 1.116 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | | | | 347 | | | 347 |
| Debêntures | | 73.629 | 12.095 | 1.448.313 | | 1.534.037 | 1.512.741 |
| Arrendamentos e aluguéis | 9 | 9 | 90 | 580 | 300 | (359) | 629 |
| Licenças ambientais | 101 | 270 | 3.030 | 4.178 | | (1.000) | 6.579 |
| | 1.226 | 73.908 | 15.215 | 1.453.418 | 300 | (1.359) | 1.542.708 |
| | | | | | | | 1.529.257 |

25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para as Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de risco.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 todas as aplicações financeiras da Empresa encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.5 Riscos ambientais

Os atrasos da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

25.2.6 Risco de construção e desenvolvimento do infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

25.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 28).

25.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Total das debêntures | 1.534.037 | 1.512.741 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (46.278) | (66.482) |
| (-) Cauções | | (6.303) |
| Dívida líquida | 1.487.759 | 1.439.956 |
| Total do Patrimônio Líquido | 549.420 | 576.796 |
| Total do capital | 2.037.179 | 2.016.752 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 73,03% | 71,40% |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| | | | |
|--|---|--|---|
| João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente | Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente | Tarcísio Estefano Rosa Conselheiro | Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro |
|--|---|--|---|

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

| | | |
|--|---|--|
| Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente | Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Técnico | José Gleyson Fernandes Silva Diretor Financeiro e Administrativo |
|--|---|--|

CONTABILIDADE

| | |
|--|---|
| Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo) | Carla Renata Baptidão Contadora - CRC 1SP328362/O-5 |
|--|---|

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

EDP Transmissão Aliança SC S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Aliança SC S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|---|--|
| Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 11) | |
| Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 2.438.941 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidas da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados. | Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato. |
| Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade dos cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfetas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho. | Eletuamos leitura dos contratos de concessão e seus aditivos (quando aplicável), testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Adicionalmente, analisamos as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração da Companhia e realizamos testes de inspeção documental do custo de construção no exercício. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria. |

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior**26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa****26.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

| | 2023 | | | | |
|--|--------------------------|------------------------|------------------------------|-------------------------------------|---------------------|
| | Saldo em Nota 31/12/2022 | Efeito monetária/caixa | Variação monetária e cambial | Ajuste a valor de mercado/ presente | Saldo em 31/12/2023 |
| (Aumento) diminuição de ativos de financiamento | | | | | |
| Cauções e depósitos vinculados | 10 | 6.303 | 813 | | 7.116 |
| | | 6.303 | 813 | | 7.116 |
| Aumento (diminuição) de passivos financiamento | | | | | |
| Dividendos | 15 | 27.368 | (80.626) | | 88.388 |
| Debêntures | 16 | 1.512.741 | (158.465) | 69.498 | 110.263 |
| Arrendamentos e aluguéis | | 727 | (118) | | 70 |
| | | 1.540.836 | (239.209) | 69.498 | 70 |
| | | | | | 1.569.796 |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento) | 1.534.533 | (239.209) | 68.685 | 70 | 1.98.601 |
| | | | | | 1.562.680 |

| | 2022 | | | | |
|--|---------------------|------------------------|------------------------------|-------------------------------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2021 | Efeito monetária/caixa | Variação monetária e cambial | Ajuste a valor de mercado/ presente | Saldo em 31/12/2022 |
| (Aumento) diminuição de ativos de financiamento | | | | | |
| Cauções e depósitos vinculados | 5.798 | (190) | 695 | | 6.303 |
| | 5.798 | (190) | 695 | | 6.303 |
| Aumento (diminuição) de passivos financiamento | | | | | |
| Dividendos | 21.320 | (19.188) | | | 25.236 |
| Debêntures | 1.422.813 | (98.875) | 82.646 | | 106.157 |
| Arrendamentos e aluguéis | 488 | (117) | | | 72 |
| Acionistas não controladores | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC | 150.000 | | | | (150.000) |
| Capital social | 164.501 | 26.000 | | | 150.000 |
| | 1.759.122 | (92.180) | 82.646 | | 72 |
| | | | | | 131.677 |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento) | 1.753.324 | (91.990) | 81.951 | 72 | 1.875.034 |

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| Constituição de dividendos e JSCP a pagar | 88.388 | 25.236 |
| Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências | 2.078 | 1.132 |
| Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão | 1.142 | 1.482 |
| Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado | (50) | 254 |
| Total | 91.558 | 28.104 |

27 Compromissos contratuais**27.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

| | 31/12/2023 | | | | 31/12/2022 | |
|---|----------------|----------------|---------------|------------------|--------------|----------------|
| | 2024 | 2025 e 2026 | 2027 e 2028 | A partir de 2029 | Total geral | Total geral |
| Responsabilidades com locações operacionais | 32 | 30 | | | 62 | 60 |
| Obrigações de compra | | | | | 681 | 350 |
| Encargos de conexão e transporte de energia | 261 | 420 | | | 22.616 | 20.424 |
| Materiais e serviços | 12.292 | 7.757 | 1.498 | 1.069 | 369.436 | 496.152 |
| Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 140.307 | 150.850 | 78.279 | 1.069 | 392.795 | 516.986 |
| | 152.892 | 159.057 | 79.777 | 1.069 | 1.621 | 415.618 |

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

| | 31/12/2023 | | | | 31/12/2022 | |
|---|----------------|----------------|---------------|------------------|--------------|----------------|
| | 2024 | 2025 e 2026 | 2027 e 2028 | A partir de 2029 | Total geral | Total geral |
| Responsabilidades com locações operacionais | 31 | 31 | | | 62 | 63 |
| Obrigações de compra | | | | | 704 | 348 |
| Encargos de conexão e transporte de energia | 254 | 450 | | | 22.616 | 22.529 |
| Materiais e serviços | 11.920 | 8.240 | 1.835 | 1.621 | 391.236 | 623.559 |
| Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 130.711 | 162.480 | 98.045 | 1.621 | 415.618 | 646.499 |
| | 142.916 | 171.201 | 99.880 | 1.621 | 1.621 | 646.499 |

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|------------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
| | Valor em risco | Limite máximo de indenização | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
| Subestações | 373.767 | 100.000 | 373.767 | 100.000 |
| Responsabilidade civil | | 50.000 | | 50.000 |
| Seguro de Vida | 1.749 | (*) | 2.361 | (*) |

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa real